

## CAMINHOS PERCORRIDOS NO SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL

Franciele Ariene Lopes Santana

Anamaria Santana da Silva

Ilídio Roda Neves

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

**Resumo:** A proposta deste estudo é a reflexão sobre o sindicalismo na classe social docente brasileira. A categoria social dos professores do ensino público fundamental e médio chegou ao final dos anos 1970 com um contingente representado por mais de um milhão de profissionais formados social e culturalmente pela política de arrocho salarial e ainda a escassa preparação pedagógica, portanto, a nova composição social dos professores nasceu sob o signo social da proletarização. Para combater o processo de proletarização a que são submetidas, as novas categorias profissionais das classes médias, entre elas os docentes, acabam incorporando a tradição da luta sindical da classe operária fabril. O objetivo deste estudo foi levantar a produção acadêmica sobre o sindicalismo na educação pública brasileira, buscando secundariamente compreender quais têm sido seus os interesses, as reivindicações e as pautas lutas. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica: Estado da arte. Foram encontradas 87 produções, sendo que 24 respondiam aos critérios de inclusão/exclusão estabelecidos. A análise das publicações possibilitou o agrupamento destas em quatro categorias: 1) Resgate histórico de movimento docente e sindicalismo; 2) Temática de Gênero e sindicalismo; 3) Identidade social da profissão docente e sindicalismo; e, 4) Políticas educacionais e sindicalismo. Desta forma o sindicalismo professoral se faz necessário não apenas para a defesa das condições de vida docente - que também são justas de ser reivindicadas - mas tem uma função importante na luta pela educação pública brasileira, que vem paulatinamente sendo desmontada pela lógica capitalista e neoliberal.

**Palavras-chave:** Movimento Docente; Novo Sindicalismo; Educação Pública Brasileira; Luta Docente; Proletarização.

### INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta reflexões construídas na disciplina de Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação de um Programa de Mestrado em Educação. A discussão se deu com base nos teóricos Ferreira Júnior (2003), Saviani (2008) e Vicentini (2009), focalizando especialmente o sindicalismo na classe social docente.

De um modo abrangente e fora do campo específico da educação, Antunes (1985) define que os sindicatos são associações cunhadas pelos “operários” com o objetivo de encontrarem segurança, e defesa contra os abusos do capitalista. Como pauta de lutas, aponta a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos esgotante. A atuação dos sindicatos acontece nas lutas cotidianas na classe operária, devendo então, o sindicato, ser considerado como central na organização dos operários com foco em sua emancipação econômica, social e política.

Para Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 113) “O sentimento de exploração, a consciência da exploração é uma condição para a existência de sindicato, desde que conduza à organização dos assalariados e que, portanto, represente uma ação coletiva” .

Diante dessas definições, este estudo abordará a questão das lutas sindicais de professores(as) brasileiros (as) do ensino fundamental e médio. Compreende-se que os professores compõem uma classe de trabalhadores, situada na chamada “classe média”<sup>1</sup>, assim, definição de sindicato trazida por Antunes parece contemplar a realidade do sindicalismo docente.

Ferreira Junior (2003) explicita a dinâmica da proletarização da classe média expondo que a materialização do crescimento dessa classe se expressa por meio de uma contradição socioeconômica forjada pelas relações capitalistas de produção, desta forma, ao passo que a modernização da sociedade capitalista precisa da concorrência das novas frações das classes médias (significando aumentando quantitativo no conjunto da população economicamente ativa), acontece a confirmação da tendência histórica de rebaixamento salarial que remunera a força de trabalho não vinculadas diretamente à produção de riqueza material. Assim, para combater o processo de proletarização a que são submetidas, as novas categorias profissionais das classes médias, entre elas os docentes, acabam incorporando a tradição da luta sindical da classe operária fabril, ou seja, instituem sindicatos para defender os seus interesses econômicos imediatos.

A categoria social dos professores ensino público fundamental e médio chegou ao final dos anos 1970 com um contingente representado por mais de um milhão de profissionais formados social e culturalmente pela política de arrocho salarial e ainda a escassa preparação pedagógica, portanto, a nova composição social dos professores nasceu sob o signo social da proletarização (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2010).

Ferreira (2010) aponta que no Brasil, desde o final do século XIX, encontravam-se associações docentes - até então não sindicais - mais bem estruturadas a partir da organização das redes de ensino público dos anos 1930 a seguir.

A modernização capitalista autoritária dilatada na sociedade brasileira, durante as décadas de 1960 e 70 provocou a manifestação do processo de organização sindical no seio

---

<sup>1</sup> Um dos elementos mais visíveis introduzidos pela modernização urbano-industrial da sociedade brasileira foi no âmbito das estruturas de classe. Essa nova configuração societária, por exemplo, ampliou e deixou mais complexa a composição das classes médias, aquelas situadas a meio caminho entre burguesia e o proletariado fabril. [...] o professorado público [...] enquanto uma das categorias profissionais constitutivas da intelectualidade encontra-se inserido nesse quadro geral da nova morfologia social das classes média. (FERREIRA JUNIOR, 2003, p. 30).

das classes médias e suas frações, destaca-se que o movimento dos professores primários e universitários, por exemplo, foi responsável por 37% das greves ocupacionais entre 1979 e 1983 (FERREIRA JUNIOR, 2003).

Porém a sindicalização ocorreria apenas na transição democrática que aconteceu durante a última ditadura militar, especialmente pela questão de que ao funcionalismo público era proibida a criação de sindicatos até o final da ditadura (1985), o advento Constituição de 1988 é um fator contributivo para o desenvolvimento da sindicalização. A autora destaca que mesmo quando ainda não eram sindicatos muitas dessas associações operavam como tal, na redemocratização da sociedade e também nas suas reivindicações corporativas<sup>2</sup> (FERREIRA, 2010).

Para Rosso, Cruz e Rêses (2011):

As condições de gênese do sindicalismo docente podem ser divididas em materiais e subjetivas. Entre as condições materiais, estão aquelas discutidas até este ponto, a saber, a existência de um número grande de trabalhadores docentes em condição precária de assalariamento, política educacional elitista com restrição ao acesso massivo da população, entre muitas outras. Entre as subjetivas, podem ser arroladas a consciência, o controle social sobre a formação dos docentes e sobre o exercício do magistério, o lugar da ideologia e da política. (p. 114).

Saviani (2008) destaca que no final dos anos 1970, as entidades de professores de escolas públicas de 1º e 2º graus vão se filiando à Confederação de professores do Brasil (CPB), chegando em 1986, a 29 associações estaduais filiadas, em 1989 o nome foi alterado para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que em 1990 incorporou: Confederação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas (CONAFEP); Federação Nacional de Supervisores Educacionais (FENASE) e a Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE), assim chegou a dois milhões de profissionais da educação (somando os professores, os especialistas e os funcionários das escolas públicas de ensino fundamental e médio) representados pela CNTE. Quanto ao ensino superior, os docentes trilharam passos semelhantes, sendo que no final dos anos de 1970, foram criadas, em cada instituição, associações docentes, e também foi criada em 1979 a Associação Nacional de Docentes (ANDES). Em 1978 criou-se a Federação das Associações de

---

<sup>2</sup> [O corporativismo no sindicalismo] [...] tem o significado de um arranjo político amplo no qual os interesses de grandes coletivos são contemplados através de pactos que garantam a reprodução tanto do capital quanto de setores específicos do trabalho. Comumente, o sindicalismo corporativo – que busca, em primeiro lugar, os ganhos materiais de categorias específicas – se contrapõe ao sindicalismo de classe – que visaria à superação do modo de produção capitalista, possibilitando autonomia a toda classe trabalhadora. Na ciência política, o termo político corporativismo também pode ser usado como contraponto ao conceito de pluralismo. [será entendido aqui como] [...] um conjunto de demandas materiais e/ou políticas, de ordem trabalhista, que representam interesses específicos da categoria docente (GOUVEIA E FERRAZ, 2013).

Servidores das Universidades Públicas (FASUBRA) pelos funcionários das universidades.

Considera-se que os anos de 1980 foram marcados por um grande movimento organizativo-sindical de professores dos três graus de ensino. O movimento pode ser caracterizado em duas instâncias. De um lado estava preocupação com o significado social e político da educação, que impulsionou a luta por uma escola pública de qualidade aberta a toda população e voltada, sobretudo para as necessidades da classe trabalhadora; e do outro lado tem-se a preocupação com o aspecto econômico-corporativo, de aspecto reivindicativo, marcado pelo fenômeno das greves ocorridas no final dos anos 70 e ao longo da década de 1980 (*Ibid.*).

Depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorrendo a retirada a restrição à sindicalização de funcionários públicos, houve a tendência das entidades em instituir-se como sindicatos, que em sua maioria filiaram-se a uma central nacional, em geral: Central Única dos Trabalhadores - CUT (*Ibid.*).

Segundo Ferreira (2010), houve a partir de então no sindicalismo do professorado público mobilizações massivas, característica do sindicalismo combativo; a organização pela base, ou seja, por local de trabalho (escola) e região, e por fim organizações regionais; houve a gradual identificação com o novo sindicalismo<sup>3</sup>, no que se refere ao ensino básico, por exemplo, com a filiação à CUT; e depois unificação de professores e funcionários de escolas em entidades únicas.

Esse breve resgate histórico permite observar a transformação social e política da (o) professor (a) brasileira (o), engajadas (os) em movimentos sociais na luta por mudanças, desta forma, o objetivo deste estudo foi levantar, a produção acadêmica sobre o sindicalismo na educação pública brasileira, buscando secundariamente compreender quais tem sido seus os interesses, as reivindicações e as pautas de lutas.

Responder a tal objetivo tão amplo certamente se configura em um grande desafio. Todavia, propor-se-á pensar sobre essas questões, se faz essencial. Reflexões como estas além

---

<sup>3</sup>“A sindicalização de setores das classes médias (professores, médicos, funcionários públicos), determinada pela conjuntura política e econômica dos anos 70 é entendida como um fenômeno inserido em um movimento mais abrangente, denominado de novo sindicalismo” (PAULA, 2009 p. 1678). De Oliveira (2010), à luz de Mangabeira (1993) expõe que: “o novo sindicalismo surgiu no Brasil nos fins dos anos 70, após cerca de 15 anos de controle e repressão estatal às organizações de trabalhadores. A criação do movimento refletiu a capacidade dos trabalhadores de aproveitar o recente processo de liberação para exigir um aprofundamento da democratização. As greves de 1978, realizados pelos operários metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, colocavam em questão a própria base do acordo corporativo entre as classes e a legitimidade das lideranças sindicais burocráticas que dominavam a maioria das organizações de trabalhadores no Brasil, naquela época. Embora o movimento tenha se originado entre trabalhadores dos setores dinâmicos da economia e no estado mais industrializado do país, por volta de meados dos anos 80 o “novo sindicalismo” já se propagara para outros grupos operários e outras regiões.”

de trazer um panorama da realidade do trabalho na educação brasileira, contribui também por construir uma visão geral do movimento sindical no país, que é, ou deveria ser, um espaço de formação política e social dos trabalhadores envolvidos.

## DESENVOLVIMENTO

### Procedimentos metodológicos

Este estudo consistirá em uma pesquisa bibliográfica do tipo Estudo da Arte, também conhecida como Revisão Narrativa (especialmente no campo da saúde), e estado do conhecimento. Vosgerou e Romanowski (2014) explicitam que tal metodologia é comumente utilizada no campo educacional, possibilita estabelecer relações com produções já publicadas, identificar temáticas frequentes, e desta forma auxilia no apontamento de novas perspectivas, para a consolidação de um campo de saber, pois pode colaborar na instituição de orientações no campo pesquisado.

Ferreira (2002) afirma que nesta metodologia a tarefa é mapear e discutir determinada produção acadêmica com o objetivo de levantar quais aspectos e dimensões são destacados e privilegiados em diferentes tempos e locais, além de observar como têm sido produzidas publicações como.

É importante destacar que um estudo do tipo Estado da Arte não se limita a identificar a produção, devendo sobretudo analisar, categorizar e assim expor as múltiplas perspectivas observadas. Destarte, a finalidade desse tipo de estudo é delimitar, clarificar e caracterizar o objeto de estudo, por meio de levantamento bibliográfico rigoroso, limitado aos estudos e critérios definidos pelo pesquisador (VOSGEROU; ROMANOWSKI, 2014).

A metodologia deste estudo contou com 6 fases estruturadas a partir de Romanowski (2002):

1. Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas: 1) Professores; 2) sindicato; 3) docente; 4) sindicalização; 5) sindicalismo; 6) reivindicações docentes; 7) luta docente.
2. Localização dos bancos de pesquisas - Definição das bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (Scielo) e Periódicos da Capes.
3. Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o *corpus* do estado da arte:
  - a) *Critérios de exclusão*: Estudos internacionais; estudos que abordem sindicatos da iniciativa privada.
  - b) *Critérios de inclusão*: a) Estudos realizados no Brasil (artigos, teses e dissertações),

publicados em língua portuguesa, com a temática do sindicalismo docente. O recorte temporal escolhido foi de publicações entre 1988 a 2015. Foram incluídos estudos que analisaram períodos anteriores, mas que tenham sido publicados dentro do recorte temporal de definido, foi então incluído para análise. Esse recorte foi escolhido porque a Constituição Federal de 1988 em seu art. 8º designa que é livre a associação profissional ou sindical (BRASIL, 1988).

4. Levantamento de publicações disponibilizadas eletronicamente.
5. Leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área, para tal será utilizada uma ficha de coleta de dados que foi elaborada para este estudo específico.
6. Fase final: artigo com a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados.

## **Resultados**

As buscas resultaram em 87 publicações, destas, 24 estavam dentro dos critérios elencados na metodologia deste estudo. Das 24 produções analisadas: 21 são originárias do banco de dados Periódicos da Capes, a saber: 7 teses de doutorado, 6 dissertações de mestrado e 8 artigos científicos. As publicações restantes (3) se tratam de artigos localizados na base de dados Scielo. O número de publicações elencados nesta base não foi expressivo, pois muitos estavam duplicados na Capes.

Embora o critério de inclusão tempo tenha sido produções publicadas no recorte temporal do ano de 1988 à 2015, as publicações encontradas datam a partir de 1999 seguindo até 2013, portanto, pulverizadas ao longo de 15 anos, não correspondendo ao período de 29 anos como no recorte escolhido.

Quanto à instituição a qual o estudo estava ligado, 66% (16) das produções foram desenvolvidas pela Universidade de Campinas (Unicamp); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Pelotas (UFPel); e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os demais estudos dividiram-se entre: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Universidade Estadual Paulista (UNESP); Universidade Federal do Ceará (UFC) Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Os sindicatos estudados nas publicações encontradas são: Em seis estudos Sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo (APEOESP); três preocuparam-se

com o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato); em duas publicações abordou-se a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior- Sindicato Nacional (ANDES); dois trabalhos avaliaram o Sindicato Estadual de Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro (SEPE-RJ); mais dois analisaram o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE); dois trabalhos não avaliam sindicatos específicos, mas o movimento docente no geral e os demais avaliam respectivamente a Associação dos Docentes da UFRRJ (ADUR); Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná (APP-Sindicato); o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte); o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC); o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (SINDIUTE); o Sindicato dos Profissionais do Magistério Público de São Luís – SINDEDUCAÇÃO; e, um estudo engloba a análise conjunta dos seguintes sindicatos: Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados-MS (SIMTED); Associação dos Trabalhadores em Educação Pública da Fazenda Rio Grande-PR (ASMEF); Associação dos Professores Municipais de Piraquara-PR (APMP), Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária-PR (SISMMAR); e Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba – PR (SISMMAC).

Como se optou por incluir estudos que tratassem do movimento docente na educação pública em geral, foram encontrados estudos que versavam sobre o sindicalismo na educação básica, bem como no ensino superior. Percebeu-se maior concentração em publicações relativas ao movimento de professores na educação básica. Sendo apenas três referentes ao ensino superior.

As temáticas encontradas foram categorizadas conforme a quadro 1.

Quadro 1. Categorização das temáticas encontradas.

CATEGORIAS	ESTUDOS
Resgate histórico de movimento docente e sindicalismo	Assis (1999); Donatoni (1999); Sobreira (2001); Oliveira (2002); Goulart (2004); Ferreira (2006); Oliveira (2006); Paula (2010); Cruz (2008); Lemes e Trevisol (2008); Oliveira (2010); Rosso, Cruz e Rêses (2011); Silva (2013); Mattos (2013).
Temática de Gênero e sindicalismo	Ferreira (2004); Ferreira (2008); Bufalo (2009).
Identidade social da profissão docente e sindicalismo	Ferreira (2007), Rêses (2008).
Políticas educacionais; formação política e	Piton (2004); Hergesel (2005); Silva (2008);

Os resgates históricos sobre o movimento docente em diferentes regiões do país, com especial foco para a região sul e sudeste, que juntas concentraram 79% (19) dos estudos aqui investigados.

## **Discussão**

### **Resgate Histórico do Movimento Docente**

Nesta categoria, os textos encontrados versaram sobre a construção do movimento docente, análise do desenvolvimento de alguns sindicatos e influências de determinados governos ou sistemas político-econômicos na atuação das entidades sindicais. Cruz (2008) estudando a APEOESP destaca que o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil é tardio se comparado com os movimentos sindicais do operariado de São Paulo. Caracterizado como novo sindicalismo, o autor aponta que a grande participação em greves e mobilizações foi uma das principais particularidades desse novo contexto. As mobilizações e lutas, segundo o autor representam a mudança de consciência dos professores que passaram a superar o imaginário de que seu trabalho fosse missão sagrada, nobre, gradativamente passando a observá-la, a partir de então, como uma profissão.

Neste sentido, Rosso, Cruz e Rêses (2011) provocam que, se a hipótese de que a origem do sindicalismo no Brasil é tardia, não for consequência da incipiência das próprias pesquisas históricas, uma vez que muitas regiões brasileiras ainda não produziram estudos sistemáticos sobre a questão - o que é corroborado na presente pesquisa, onde 79% dos estudos foram produzidos apenas na região sudeste e sul – pode-se então pensar em mais elementos que reforcem esta tese como: “a) o descaso que os governos coloniais, imperiais e republicanos conferiram à educação em suas políticas administrativas nestas terras brasílicas; b) ou o rígido controle que os governos sempre exerceram sobre a atividade docente, dada sua capacidade disruptiva; c) ou ainda a dificuldade que os docentes encontraram em libertar-se de amarras ideológicas e políticas que sobre seus ombros pesavam.” (p.112).

Parte dos estudos tecem críticas à postura dos sindicatos, Goulart (2004) ao investigar a atuação da APEOESP frente às reformas na educação pública na gestão Mário Covas (1995-1998) verifica que as ações sindicais, caracterizam neste período, um sindicalismo de participação, uma vez que:

[...] 1. por conceber a globalização econômica como inevitável, enfatiza a necessidade da valorização da educação como instrumento de qualificação da mão-de-obra e consequente inserção do país no mercado mundial. Para tal é necessário o

compartilhamento de propostas possíveis como “diversos setores sociais”, privilegiando associações empresariais e as instâncias do Estado; 2. há, portanto, o rebaixamento na pauta de reivindicação, mediante a confiança na democracia, como ponto central do debate político, pois garante o exercício do papel do sindicato, que é garantir avanços através de acordos com a “sociedade civil”; 3. a participação do sindicato, portanto, ocorre sob as bases dos projetos do governo, de cunho neoliberal, sobre as quais são construídas alternativas como forma de garantir menos perdas aos trabalhadores da educação; 4. esta estratégia é balizada pela concepção de que a base da categoria não compreende as questões políticas gerais, assim os projetos do governo são analisados individualmente, deslocando-os do contexto, tratados isoladamente; 6. desta forma, os métodos de confronto são evitados, substituindo-os por métodos de ação indireta (p.177).

Partindo para a discussão do movimento no Ensino Superior, Mattos (2013) produz uma análise da greve de 2012 que durou 120 dias, envolvendo docentes das universidades federais brasileiras (representados pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES-SN). O autor revela que os professores não conquistaram de fato os ganhos pelos quais lutavam, mas o resultado não pode ser avaliado apenas como negativo, pois trouxe como fruto o entendimento de que não só era possível fazer greves, assim como esse recurso era completamente necessário ao enfrentamento do arrocho salarial, bem como contra a retirada de direitos e o desmonte do serviço público, além disso, é importante destacar que as greves foram feitas muitas vezes à revelia da orientação mais voltada para o governo das direções dos sindicatos do funcionalismo.

### **Temática de Gênero e Sindicalismo**

Ferreira (2004) à luz de um estudo conduzido pela mesma em 2001 aponta que agenda sindical docente, para as/os sindicalistas do CPERS/Sindicato, tinha como foco principal o fator econômico-salarial e a carreira, levando sempre em conta o empobrecimento da profissão e perda de status da categoria. Destaca que características relativas à qualidade do trabalho não são pensadas primariamente, assim como também não havia uma atenção ou discussão sobre a hipótese da representação do trabalho caracterizado como feminino interferir na perda de status e, por conseguinte, do salário.

Pensando que o sindicato docente se desenvolve motivado pelo sindicalismo operário, Ferreira (2008) expõe a herança que este deixou para o movimento docente, pois até mesmo os sindicatos operários tiveram dificuldades para congregar o trabalho das mulheres em sua agenda de discussão e de lutas. A autora pondera que é permanente o processo de fechamento social, para baixo, ou fechamento de exclusão, por parte do sindicato em relação às mulheres, ancorado na justificativa de diferentes papéis sexuais. Somado a essa resistência à incorporação das questões das mulheres, que é observada nos pelos discursos e pelas práticas sindicais, existe também, de acordo com a autora, carências na produção sociológica pois as

operárias, pois se de um lado o feminino passa a ser exclusivamente objeto específico de uma sociologia específica, por outro lado os temas e análises em debate não são integrados aos estudos sobre a classe operária, que por fim permanecem exclusivamente circunscrito ao universo masculino.

### **Identidade Social da Profissão Docente e Sindicalismo**

As identidades da profissão docente no Brasil podem ser pensadas de acordo com a localização da categoria no contexto da divisão social do trabalho, que repercute na proletarização do trabalho docente. É importante perceber a redução de autonomia no processo de trabalho que professores vem sofrendo - muito semelhante ao que acontece em outras profissões -, e as relações desse fenômeno com o rebaixamento do status e consequente empobrecimento da categoria. Essa dinâmica histórica aproximou a categoria docente dos demais trabalhadores, de modo que a consciência da exploração capitalista e também da opressão política acarretou o desenvolvimento de uma forma universalista de organização para proteção: os sindicatos (FERREIRA, 2007).

Rêses (2008) ao estudar o SEPE-RJ aponta que os entrevistados, professores filiados ao sindicalismo docente da rede pública de ensino, destacaram o debate discussão da identidade social do professor, designando-se como trabalhador, reforçando a tese da proletarização docente. O autor reforça a questão da redução de autonomia, indicando que se por um lado, aumenta a exigência quanto a complexidade dos saberes que são necessários para o trabalho e o reconhecimento social dos professores; por outro lado, essa mesma situação arranca de boa parte dos professores, o poder de decisão sobre o seu próprio trabalho, uma vez que esta é delegada a cientistas da educação e administradores. Desta forma, a medida que se profissionaliza, também se proletariza, proletarização esta não apenas no sentido econômico, mas relativo a autonomia de ação no próprio labor.

#### **2.3.4. Políticas Educacionais; Formação Política e Sindicalismo**

Hergesel (2008) investigando o projeto político-pedagógico da APEOESP averiguou que do sindicato viabiliza condições para que o docente assuma uma posição política na defesa das classes populares, motivando-os ao engajamento em lutas sociais que transcendam o sindicalismo corporativista. Porém, os documentos analisados pelo autor demonstram que embora a APEOESP defenda a formação contínua dos professores, o sindicato não se responsabiliza por uma formação integral, atribuído este dever apenas à Secretaria Estadual de Educação. O autor aponta ainda que nos últimos anos houve a diminuição das atividades do coletivo de formação da APEOESP, seja pelo próprio coletivo ou da parceira com

universidades, demonstrando incoerência entre o que a APEOESP defende e o que realmente pratica.

Neste mesmo sentido, Piton (2004) identifica no APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estaduais e Municipais no Paraná, elementos que contribuem para formação política dos professores: Postura Combativa do sindicato; oferecimento de curso de Formação sindical e pedagógica (Cursos de aprofundamento: Noções básicas de economia Política; História das revoluções contemporâneas; História do movimento Operário Brasileiro.); Projetos educacionais (Projeto de extensão universitária: A educação básica- elementos para a construção de uma proposta para os que vivem do trabalho, Projeto “A formação de educadores (as): O papel dos (as) funcionários (as) no processo educacional das escolas públicas”, ambos com parceria entre APP/Sindicato e Universidade Federal do Paraná); além de constantes Seminários e Congressos.

A formação política dos professores incide na política educacional, Gouveia e Ferraz (2013), estudando sobre política educacional e sindicalismo, afirmam que entre a capacidade organizativa dos professores e o desenvolvimento da política educacional encontram-se vínculos dialéticos profundos, afirmando que a organização dos sindicatos pressupõe o acompanhamento das questões trabalhistas, mas não só, também de modo progressivo tem se envolvido no acompanhamento da política educacional, como na pesquisa, em que encontraram significativo número de conselhos e comissões da política educacional integrados por sindicalizados.

## **CONCLUSÃO**

Os estudos apontam que os sindicatos surgem num momento de forte ebulição social, a exemplo do sindicalismo operário. A forma de atuação dos sindicatos não foi única, em determinados contextos e períodos históricos, as entidades mostraram-se combativas, preocupando-se com as lutas, combatendo a exploração e investindo na formação política de seus sindicalizados. Em outros momentos, especialmente ligado à realidade da política neoliberal, as lutas deixam de ser combativas e tornam-se movimentos de negociação com o governo, nem sempre logrando êxito nas reivindicações e aceitando o rebaixamento de propostas ou adequando-se à realidade imposta.

Foi observado que a tendência corporativista apareceu com frequência, por outro lado, o movimento docente não tem lutado apenas pela questão econômica, lutas mais amplas tem transcendido esse aspecto, sendo a bandeira da escola pública, gratuita, laica e de qualidade um grande balizador do movimento.

Desta forma o sindicalismo professoral se faz necessário não apenas para a defesa das condições de vida docente - que também são justas de ser reivindicadas - mas tem uma função importante na luta pela educação pública brasileira, que vem paulatinamente sendo desmontada pela lógica capitalista e neoliberal.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. C. Origens, Evolução e Importância dos sindicatos. 1º Parte. p. 09-47.  
In: \_\_\_\_\_ **O que é o sindicalismo**. Coleção Primeiros Passos. 10º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A. 1985. 105 p.

ASSIS, S. S. de. **As Reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da APEOESP (Sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo)** – 1991-1998. 1999. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Campinas, Campinas –SP, 1999.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria especial de informática. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/con1988br.pdf> 1> Acesso em 13 ago 2015.

BUFALO, J. M. P. **Nem só de salario vivem as docentes de creche**: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Publico Municipal de Campinas (STMC 1988-2001). 2009, 179f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas –SP, 2009.

CRUZ, H. L. **Condições de construção histórica do sindicalismo Docente de educação básica**. 2008. 301f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2008.

DONATONI, A. R. **Trajetória do movimento docente do ensino superior**: Um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES. 1999. 299f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas –SP, 1999.

FERREIRA JUNIOR, A. A gênese do movimento de professores em Mato Grosso do Sul. Cap. 1. p. 27-56. In: \_\_\_\_\_ A. **Professores e Sindicalismo em Mato Grosso do Sul**: 1979/1985. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2003. ISBN 85-7613-001-7. 156p.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. O Novo Sindicalismo e os docentes. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em:< <http://www.gestrado.net.br/pdf/296.pdf> >. Acesso em: 03. Nov. 2015.

FERREIRA, M. O. V. Desconforto e invisibilidade: Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun. 2008. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100002&script=sci_arttext) > Acesso em: 11. Jan. 2016.

FERREIRA, M. O. V. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 377-399, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a05v2899.pdf>> Acesso em: 11. Jan. 2016

FERREIRA, M. O. V. Sindicalismo docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em:<<http://trabalhodocente.net.br/pdf/188.pdf> >. Acesso em: 03. Nov. 2015.

FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000200002&lng=pt&nrm=iso&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000200002&lng=pt&nrm=iso&userID=-2)> Acesso em: 11. Jan. 2016

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 11. nov. 2015.

FERREIRA, M. O. V. Mulheres e homens em sindicato Docente: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 391-410, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22510.pdf>> Acesso em: 11. dez. 2015.

GOULART, D. C. **Entre a denúncia e a renúncia: “A APEOESP (Sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo) frente às reformas na educação pública na gestão Mário Covas (1995-1998)”**. 2004. 224f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Campinas, Campinas –SP, 2004.

GOUVEIA, A. B. FERRAZ, M. A. dos S. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/32538>> Acesso em 11 nov. 2015.

HERGESEL, S. dos S. **Participação do sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo (APEOESP) na formação político-pedagógica do professor**. 2005. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas –SP, 2005.

LANZA, F. F. dos S. **Gestão democrática, sindicato e participação política dos Professores**. 2010, 171f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2010.

LEMES, L. P.; TREVISOL J. V. Trajetórias da organização político-sindical dos docentes do Oeste Catarinense: um estudo descritivo. **Roteiro**, Joaçaba, v. 33, n. 2, p. 223-266, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/329/78>> Acesso em: 11. Jan. 2016.

MATTOS, M. B. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. **UNAM-IISUE/Universia Revista Iberoamericana de Educação Superior**. N. 10. Vol. IV. 2013. Disponível em: <<https://ries.universia.net/>> Acesso em: 11. Jan. 2016.

OLIVEIRA, A. L. V. de S. C. E nasce a ADUR: um caso de luta. **Rev. Univ. Rural**, Sér. Ciênc. Humanas. Vol. 22(2): 157-175, jul./dez. 2000. Disponível em: <[http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch22n2/humanas22n2p157\\_175enasceadur.pdf](http://www.editora.ufrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch22n2/humanas22n2p157_175enasceadur.pdf)> Acesso em: 11. Jan. 2016.

OLIVEIRA, W de. **A trajetória histórica do movimento Docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE**. Tese (Doutorado em Educação). 2006. 411f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, 2006

OLIVEIRA, W. de. O movimento docente de Minas Gerais, Brasil, no final dos anos 1970: um engajamento no "Novo Sindicalismo". **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv** . 2010, vol.8, n.1, pp. 189-204. Colômbia. ISSN 1692-715X. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77315079009>>. Acesso em: 04. Jan. 2015.

PAULA, M. V. A. de. **Crise, resistência e luta dos trabalhadores em educação do Ceará: libertar o sindicato ou libertar-se do sindicato? (O caso do SINDIUTE)**. 2010, 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2010.

PAULA, R. P. de. Sindicalismo docente: tendências e perspectivas teóricas. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais**, ISSN 21754446.9 a 11 de Setembro de 2009. Maringá-PR. Disponível em:<<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/335.pdf>>. Acesso em: 12. Dez. 2015

PITON, I. M. **Políticas educacionais e movimento sindical docente: Reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense**. 2004. 293f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas –SP, 2004.

RÊSES, E. da S. **De vocação para profissão: Organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008, 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2008.

ROMANOWSKI, J. P. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. 2002, 147f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L.; RESES, E. da S. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**. 2011, vol.22, n.2, pp. 111-113. ISSN 0103-7307. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n2/v22n2a09.pdf> > Acesso em 13 dez 2015.

SAVIANI, D. Ensaio contra-hegemônicos: as pedagogias críticas buscando orientar a prática educativa (1980-1991) – Cap. XIII. In: \_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas-SP: Autores Associados. 2008. ISBN 978-85-7496-200-9.

SILVA, R. G. **Educação: campo de luta. Um estudo sobre os congressos do sindicato dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo - APEOESP (1997 - 2006)**. 2008, 238f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo –SP. 2008.

SILVA. R. S. C. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato**. 2013, 258f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade De Brasília, Brasília-DF. 2013.

SOBREIRA, H. G. S. Alguns aspectos da reorganização do Movimento dos professores públicos do Estado do Rio de Janeiro (1977-1980). **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 77, Dezembro, 2001. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000400007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000400007&script=sci_arttext) > Acesso em: 11. Jan. 2016.

VICENTINI, P. P. A profissão docente no Brasil: Sindicalização e movimentos. Cap. 22. 336-346. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis; Vozes, 2009.

VOSGERAU, D. S. R. ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014. Disponível em: < <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=12623&dd99=view&dd98=pb> > Acesso em: 15 set. 2015.